



GeoÁfrica
geoafrica@igeo.ufrj.br



Anais do IIIº Seminário GeoÁfrica – 2025

SILENCIAMENTOS EPISTÊMICOS NA GEOGRAFIA CULTURAL BRASILEIRA: ANCESTRALIDADE, BRANQUITUDE E SUBALTERNIDADE

***EPISTEMIC SILENCES IN BRAZILIAN CULTURAL GEOGRAPHY: ANCESTRALITY,
WHITENESS AND SUBALTERNITY***

***EPISTEMIC SILENCES IN BRAZILIAN CULTURAL GEOGRAPHY: ANCESTRALITY,
WHITENESS AND SUBALTERNITY***

ALINE SOARES RANGEL

Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO/UFRRJ). Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO/UERJ). Pesquisadora do grupo de pesquisa em Geo-grafias Negras (UFRRJ). Bolsista CAPES.
alliel5@gmail.com — <https://orcid.org/0009-0009-6808-9404>

RESUMO

Este artigo analisa os silenciamentos epistêmicos na Geografia Cultural brasileira, compreendendo a branquitude como estrutura de poder que organiza a produção, validação e circulação do conhecimento acadêmico. A pesquisa, de abordagem qualitativa e afro-referenciada, articula revisão bibliográfica e análise documental dos artigos publicados na revista *Espaço e Cultura* entre 1995 e 2025. O objetivo é identificar a presença e a forma de abordagem das temáticas afro-referenciadas nesse campo. Os resultados indicam que apenas 10,2% das publicações contemplam direta ou indiretamente essas temáticas, evidenciando a persistência de hierarquias epistêmicas e processos de invisibilização. Mesmo após avanços legais voltados à promoção da igualdade racial, observa-se a manutenção de estruturas acadêmicas eurocentradas, que marginalizam cosmovisões africanas, afro-brasileiras e indígenas. Conclui-se que a incorporação dessas epistemologias é fundamental para a construção de uma Geografia antirracista, comprometida com a justiça cognitiva e com o reconhecimento dos territórios negros como espaços legítimos de produção de saber.

Palavras-chave: Branquitude. Geografia Cultural. Epistemicídio. Geografia Negra. Colonialidade do saber.

ABSTRACT

This article analyzes epistemic silencing in Brazilian Cultural Geography, understanding whiteness as a structure of power that organizes the production, validation, and circulation of academic knowledge. The research adopts a qualitative and Afro-referenced approach, combining bibliographic review and documentary analysis of articles published in the journal *Espaço e Cultura* between 1995 and 2025. The objective is to identify the presence and treatment of Afro-referenced themes within the field. Findings show that only 10.2% of the publications address these themes directly or indirectly, revealing the persistence of epistemic hierarchies and processes of invisibilization. Despite legal advances aimed at promoting racial equality, academic structures remain predominantly Eurocentric, marginalizing African, Afro-Brazilian, and Indigenous worldviews. The study concludes that incorporating these epistemologies is essential for building an antiracist Geography committed to cognitive justice and to recognizing Black territories as legitimate sites of knowledge production.

Keywords: Whiteness. Cultural Geography. Epistemicide. Black Geographies. Coloniality of knowledge.

RESUMEN

Este artículo analiza los silenciamientos epistémicos en la Geografía Cultural brasileña, comprendiendo la blanquitud como estructura de poder que organiza la producción, validación y circulación del conocimiento académico. La investigación adopta un enfoque cualitativo y afroreferenciado, articulando revisión bibliográfica y análisis documental de los artículos publicados en la revista *Espaço e Cultura* entre 1995 y 2025. El objetivo es identificar la presencia y el tratamiento de temáticas afroreferenciadas en el campo. Los resultados indican que solo el 10,2% de las publicaciones abordan estas temáticas de forma directa o indirecta, evidenciando la persistencia de jerarquías epistémicas y procesos de invisibilización. A pesar de los avances legales en materia de igualdad racial, las estructuras académicas permanecen eurocentradas, marginando cosmovisiones africanas, afrobrasileñas e indígenas. Se concluye que la incorporación de estas epistemologías es fundamental para construir una Geografía antirracista comprometida con la justicia cognitiva y con el reconocimiento de los territorios negros como espacios legítimos de producción de conocimiento.

Palabras clave: Blanquitud. Geografía cultural. Epistemicidio. Geografía negra. Colonialidad del saber.

INTRODUÇÃO

Este artigo nasce de uma trajetória encarnada — a de uma mulher negra, geógrafa e pesquisadora que vivenciou, com o corpo, com a escuta e com a ausência, o apagamento da cultura afrodescendente no espaço acadêmico. Tal apagamento não se restringe às práticas culturais em si: estende-se às epistemologias, às vozes de autoras e autores negros e à produção acadêmica que toma a experiência afro-referenciada como eixo central. Perceber essa ausência reiterada, mesmo em espaços institucionais que se apresentam como comprometidos com a diversidade e com os estudos culturais, revela a persistência de uma estrutura de silenciamento que afeta profundamente pessoas negras — e também pessoas não negras — que desejam pesquisar, escrever e refletir criticamente sobre a cultura negra no Brasil. Esta escrita é, portanto, gesto de denúncia, de pertencimento e de resistência, ancorada na *escrevivência* (Evaristo, 2007), que carrega não apenas crítica política, mas também afeto, ancestralidade e a urgência de uma ciência geográfica que reconheça as múltiplas vozes que compõem este território.

O apagamento aqui examinado não é evento isolado: trata-se de mecanismo estrutural que preserva relações desiguais de poder e legitima apenas certas epistemologias como válidas no espaço acadêmico. Bento (2022) identifica o que denomina *pacto narcísico da branquitude* — acordo historicamente sedimentado que assegura às pessoas brancas posições de conforto, poder e reconhecimento institucional, ao mesmo tempo em que naturaliza a invisibilidade de outros grupos sociais e de seus saberes, sobretudo daqueles oriundos das tradições afro-brasileiras. Em consonância, Carneiro (2005) cunha o conceito de *epistemicídio* para nomear o processo sistemático de anulação e desqualificação dos conhecimentos produzidos por povos historicamente subjugados, deslegitimando suas contribuições como fontes de saber científico. É no entrelaçamento entre branquitude e epistemicídio que se estrutura o silenciamento observado na Geografia Cultural — silenciamento que impede que temas, corpos e perspectivas afro-referenciadas ocupem o centro das narrativas e produções epistemológicas do campo.

A pesquisa que sustenta este artigo, derivada da dissertação de mestrado defendida no PPGeo/UERJ em 2025, analisa de que maneira a produção acadêmica veiculada pela revista *Espaço e Cultura* — referência nacional na Geografia Cultural brasileira — tem abordado, ou deixado de abordar, as temáticas afrodiaspóricas. A proposta não é afirmar uma ausência absoluta, mas demonstrar, a partir dos dados levantados, a recorrência de processos de invisibilização e marginalização epistêmica dessas temáticas no campo. Busca-se refletir sobre

os efeitos dessa produção geográfica na consolidação de uma construção hegemônica do saber que opera como mecanismo de manutenção de poder e de reprodução de hierarquias raciais e epistêmicas (Quijano, 2005; Walsh, 2009).

A análise evidencia que, mesmo diante da implementação de marcos legais voltados à promoção da igualdade racial — como a Lei nº 10.639/2003, a Lei nº 12.711/2012 e o Estatuto da Igualdade Racial — e da criação de órgãos institucionais de incentivo, não se observa, no recorte analisado, transformação estrutural significativa na produção acadêmica do periódico. Os dados indicam que tais iniciativas ainda não se refletiram, de maneira consistente, na incorporação de epistemologias negras, na ampliação do repertório teórico afro-referenciado ou na reconfiguração dos temas centrais privilegiados pela produção geográfica. A permanência de estruturas acadêmicas engessadas — visível tanto na predominância de sujeitos brancos nos espaços de decisão quanto na seleção de autoras, autores, referenciais teóricos e objetos de estudo — produz, como sintoma, o apagamento sistemático da cultura afrodiaspórica no plano epistêmico.

Segundo o Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023), 55,5% da população brasileira se autodeclara preta ou parda, o que confirma o Brasil como país majoritariamente negro. Essa maioria, no entanto, não se vê representada nos currículos, nas produções científicas e nas estruturas institucionais da academia, particularmente nas ciências humanas. A Geografia, enquanto campo que deveria refletir a pluralidade dos territórios e dos sujeitos que os constroem, permanece firmemente ancorada em uma lógica eurocentrada, excludente e racialmente hierarquizada (Santos, 2017; Couto, 2020). O apagamento da cultura afrodiaspórica não apenas relega saberes e experiências ao silêncio: constrói uma imagem irreal do país, na qual a branquitude se projeta como norma e o conhecimento europeu se apresenta como universal.

Autoras e autores como Moura (2020), Nascimento (1985, 2002), Gonzalez (1988), Carril (2006) e Santos (2009, 2017) já denunciaram, em diferentes momentos históricos, a estrutura de poder que transforma o Brasil em espelho distorcido — em que a maioria negra é tratada como minoria invisível. Moura (2020), em especial, alerta para o mito da democracia racial e o uso da ideologia da mestiçagem como instrumento de dissolução da identidade negra e de legitimação da exclusão. Ao silenciar produções intelectuais negras, a academia mantém um ciclo de exclusão que impacta diretamente a formação de estudantes pretas e pretos, que muitas vezes não se reconhecem nesse espaço como sujeitos pertencentes (Carine, 2020).

O apagamento epistêmico, portanto, não é apenas questão de conteúdo: é questão de permanência e de legitimidade. Quando estudantes negras e negros não se reconhecem nos livros, nos autores citados, nas temáticas abordadas ou nos corpos que ocupam posições de poder, falham os mecanismos de identificação e pertencimento. A universidade, nesse cenário, deixa de ser lugar de formação para tornar-se espaço de passagem — temporário, desgastante e desmobilizador. O que se propõe aqui é tensionar essa lógica, desnaturalizar a hegemonia branca como centro epistêmico e construir caminhos para que a academia também seja lugar de permanência, de afeto e de construção coletiva para corpos negros e racializados.

A pesquisa foi desenvolvida no contexto do mestrado da autora, entre o auge da pandemia de Covid-19 e sua finalização, em 2025 — momento de intensas desigualdades sociais e de amplificação das vulnerabilidades já existentes, sobretudo para a população negra. A dissertação foi realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), reconhecida nacionalmente por ter sido a primeira universidade brasileira a adotar o sistema de cotas raciais, em 2003. É justamente essa condição institucional que torna ainda mais complexa e contraditória a constatação do apagamento da cultura afrodiaspórica no campo da Geografia Cultural ali produzida. Vale assinalar, ainda, que a presente reflexão dialoga diretamente com a tese de doutorado em andamento da autora no PPGGEO/UFRRJ, que estende a análise comparativa Brasil-Moçambique sobre branquitude, colonialidade do saber e currículos de Geografia.

A revista *Espaço e Cultura* foi tomada como objeto de análise no período de 1995 a 2025. Adotou-se abordagem qualitativa, com análise de conteúdo dos artigos publicados, considerando autoria, temáticas, palavras-chave e referências utilizadas. O foco recaiu sobre a presença — ou ausência — de discussões vinculadas à cultura afro-brasileira e às epistemologias negras. A escolha do periódico não é arbitrária: ele constitui território discursivo no qual se inscrevem os efeitos da colonialidade do saber (Quijano, 2005), e seu prestígio na Geografia Cultural brasileira o torna espaço privilegiado para examinar como a disciplina constrói, disputa e hierarquiza saberes.

É importante destacar que o curso de Geografia da UERJ — particularmente a Geografia Cultural — propõe-se a investigar a relação entre espaço, identidade e cultura, reconhecendo que os territórios são constantemente remodelados pelas práticas e expressões culturais. Ainda assim, os resultados da pesquisa indicam que a contribuição afrodiaspórica para a formação territorial e cultural do Brasil continua invisibilizada, mesmo em espaços considerados

progressistas. Essa constatação reforça o argumento de que o racismo epistêmico opera também nas fissuras das instituições que se propõem antirracistas, tornando urgente a revisão profunda dos currículos, referências e práticas de produção do conhecimento (Guimarães, 2019; Santos, 2017).

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta o referencial teórico construído a partir de autoras e autores negros, africanos, caribenhos e afro-brasileiros, cujas contribuições têm sido sistematicamente silenciadas ou marginalizadas no campo da Geografia. A segunda apresenta o percurso metodológico. A terceira discute os resultados da análise da revista *Espaço e Cultura*, com ênfase nas ausências, silenciamentos e apagamentos de produções voltadas à cultura afrodiaspórica. As considerações finais, por fim, discutem possibilidades e caminhos para o enfrentamento desse cenário, com destaque para a valorização de autorias negras, a inserção efetiva de temáticas afrocentradas nos currículos e a construção de políticas institucionais que vão além do acesso à universidade, promovendo permanência, reconhecimento e protagonismo de pessoas negras nos espaços de pesquisa, ensino e gestão acadêmica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ancestralidade como fundamento epistêmico

Nas tradições de matriz africana, a ancestralidade ocupa posição central na organização do mundo e na construção do conhecimento. A escuta dos mais velhos e das mais velhas é parte de um saber que não se descola da experiência, da oralidade e do corpo. Em diálogo com o pensamento afrocentrado de Asante (2009) e Nascimento (2002), a ancestralidade é aqui compreendida como alicerce epistêmico que confronta a ideia de conhecimento descolado da vivência histórica dos povos. Gonzalez (1988) e Sodré (2017) resgatam o papel estruturante da memória, da oralidade e das tradições ancestrais nas epistemologias negras, apontando para o que Sodré (2017) denomina *pensamento nagô* — racionalidade que recusa a cisão moderna entre sujeito e objeto e reinscreve a relação como categoria fundadora do saber.

A ancestralidade não atua apenas como elo com o passado: opera como guia para o presente e para o futuro. Conforme argumenta Cordeiro (2021), ao tratar da cosmopercepção bantu, a ancestralidade   categoria viva e dinâmica, que articula a relação entre sujeito, natureza e espiritualidade:

a pessoa existe a partir da relação estabelecida no universo, influenciada pela ordem dos seres naturais [...] como expresso na filosofia ubuntu: ‘eu sou porque nós somos’ (Cordeiro, 2021, p. 70).

Essa perspectiva rompe com a cisão entre natureza e humanidade presente na modernidade ocidental e redefine a relação entre ciência e espiritualidade. Noguera (2020) reforça que a filosofia africana e afro-brasileira propõe uma epistemologia da interconexão, na qual a ancestralidade e a sensibilidade são fundamentos cognitivos. Tal perspectiva exige que a ciência abandone o paradigma da neutralidade e reconheça que todo conhecimento é situado, encarnado e politicamente posicionado (Haraway, 1995; hooks, 2013).

A ancestralidade se consolida, portanto, como ferramenta metodológica e política de insurgência, permitindo leitura contra-hegemônica da realidade. Essa abordagem possibilita tensionar os fundamentos da produção acadêmica, reconhecendo que o saber produzido pelas populações negras — ainda que marcado pela oralidade, pelo gesto e pela experiência — carrega complexidade e densidade epistemológica que não podem ser ignoradas sem que se perpetue o epistemicídio denunciado por Carneiro (2005). No campo da Geografia, essa perspectiva ressoa nas práticas de cartografia social desenvolvidas por povos de terreiro, em que mapear é também rememorar e reterritorializar saberes (Santos, 2009; Rangel, 2013).

Geografias negras e epistemologias decoloniais latino-caribenhas

A construção de uma geografia negra exige o rompimento com os paradigmas tradicionais da disciplina, historicamente moldados sob lógica colonial, eurocentrada e racialmente hierarquizada. Esses paradigmas, longe de serem neutros, sustentam estruturas de poder que silenciam os saberes produzidos por populações negras, especialmente nos contextos periféricos, quilombolas e urbanos. Conforme argumenta hooks (2013), a suposta neutralidade do conhecimento acadêmico é, em muitos casos, disfarce para a manutenção de privilégios raciais, de gênero e de classe no interior das instituições de ensino.

A proposta de uma geografia negra está ancorada na vivência e nos deslocamentos de corpos negros no espaço. McKittrick (2006), em sua obra *Demonic Grounds: Black Women and the Cartographies of Struggle*, desenvolve o conceito de *Black Geographies* para indicar os modos como a experiência negra produz espacialidades específicas, reconfigurando concepções de território, resistência e memória. Para a autora, os espaços negros são constantemente negados, mas simultaneamente reconstruídos pela imaginação e pela prática

cotidiana dos corpos negros (McKittrick, 2006). Bledsoe e Wright (2019) ampliam o campo ao demonstrar que as *Black Geographies* não constituem subárea temática, mas reorientação ontológica e epistemológica da própria disciplina, capaz de desestabilizar a Geografia hegemônica pela centralidade do antinegrismo na produção do espaço moderno.

No contexto brasileiro, Anjos (2010), Carril (2006), Santos (2009, 2017) e Couto (2020) articulam a Geografia Negra a partir de leitura territorializada das resistências quilombolas e urbanas. Anjos (2010) propõe que as territorialidades negras devem ser compreendidas como formas de enfrentamento ao racismo estrutural e às políticas de exclusão espacial, com base em ampla cartografia das comunidades quilombolas. Carril (2006), ao tratar da Serra do Cafezal e dos quilombos urbanos, demonstra que esses espaços não são apenas locais de carência, mas campos de reinvenção de mundo e de produção simbólica. Santos (2017) consolida, no campo brasileiro, a perspectiva da Geografia Negra ao defender que pensar raça e espaço no Brasil exige o deslocamento dos referenciais europeus dominantes e a centralidade dos saberes territorializados de matriz africana. Couto (2020), na esteira desse debate, articula geografia, raça e Amazônia, recolocando a questão racial em territórios frequentemente lidos sob a chave exclusiva da natureza.

Para além das contribuições brasileiras e anglófonas, autoras e autores caribenhos oferecem aportes decisivos. Glissant (2008), com a poética da Relação, propõe pensar o espaço a partir do rizoma — em oposição à raiz única do pensamento europeu — abrindo caminho para uma geografia da opacidade que recusa a transparência colonial. Wynter (2003), em sua crítica radical ao *Homem* como categoria sobre-representada do humano, fornece chave teórica para compreender como a Geografia moderna foi construída sobre uma ontologia que naturaliza a branquitude como medida do humano. Fanon (2008), caribenho de Martinica, antecipa em *Pele Negra, Máscaras Brancas* a crítica à colonialidade do ser, que ressoa diretamente na produção espacial brasileira contemporânea. Oyěwùmí (1997) e Kilomba (2019) ampliam essa crítica ao mostrar como o pensamento ocidental foi fundado sobre noções coloniais de espaço, tempo e sujeito.

Feminismo negro, interseccionalidade e crítica à ciência

O feminismo negro é chave interpretativa central para a compreensão das desigualdades estruturais que atravessam a produção do conhecimento, particularmente no que diz respeito à marginalização das mulheres negras na academia. Essa corrente teórica rompe com as

generalizações do feminismo hegemônico branco ao denunciar como gênero, raça e classe se entrelaçam para produzir experiências específicas de opressão. De acordo com Carneiro (2005), a ausência das mulheres negras nos espaços de produção intelectual não é acidental, mas consequência direta de um processo sistemático de epistemicídio.

A noção de interseccionalidade, sistematizada por Crenshaw (1991), oferece lente teórica que permite compreender como múltiplas formas de opressão operam simultaneamente, afetando de modo diferenciado os sujeitos historicamente subalternizados. Collins (2016) aprofunda a análise ao propor a *matriz de dominação*, que explicita a articulação entre racismo, sexismo e classismo na construção da ordem social e na organização dos saberes. No Brasil, Akotirene (2019) realiza apropriação crítica da interseccionalidade, integrando-a ao pensamento de Gonzalez e Nascimento, e denuncia como os currículos universitários continuam a reproduzir lógica de exclusão que silencia vozes negras e ignora suas formas de conhecimento.

A crítica feminista negra à ciência não se limita à denúncia da sub-representação de mulheres negras na produção do conhecimento: questiona os próprios fundamentos epistemológicos do modelo científico ocidental. Para Souza (1983), o processo de *tornar-se negro* envolve a reconstrução da subjetividade a partir de uma consciência racial crítica, que desestabiliza as estruturas simbólicas que sustentam o racismo institucional. Essa reconstrução é também gesto epistemológico, pois implica reconhecer a validade de outros modos de conhecer, baseados na experiência, na coletividade e na ancestralidade.

Ao propor uma epistemologia situada e comprometida com a justiça cognitiva, autoras negras como Gomes (2017), Bento (2002, 2022) e Guimarães (2019) reafirmam a centralidade da experiência negra na formulação de saberes transformadores. Seus escritos não constituem apenas crítica: configuram produção teórica autônoma e consistente, capaz de confrontar os cânones acadêmicos e propor novas formas de ensinar, pesquisar e aprender. A luta por representatividade na ciência não se resume, portanto, a demanda por inclusão: trata-se de disputa radical por reconhecimento e reconfiguração dos próprios parâmetros do que se entende por conhecimento científico. Como afirma Walsh (2009), é preciso desobedecer à lógica colonial do saber e reivindicar o direito à insurgência epistemológica, o que significa legitimar outras formas de pensar, sentir e produzir ciência — formas historicamente silenciadas, mas profundamente vivas nas práticas e resistências dos povos negros e indígenas das Américas.

Geógrafas negras no Brasil: entre silenciamentos e insurgências

A trajetória das geógrafas negras no Brasil é marcada por múltiplas camadas de silenciamento, que operam tanto no plano institucional quanto no epistêmico. A produção de conhecimento dessas mulheres, mesmo quando existente, é frequentemente excluída dos currículos e das referências consideradas canônicas. Esse processo de invisibilização não é apenas sintoma da desigualdade de gênero: é também expressão de sua intersecção com o racismo estrutural. Como afirma Carneiro (2005), o epistemicídio é um dos mecanismos mais violentos de exclusão — ao negar a validade dos saberes negros, a academia perpetua a lógica de uma ciência branca e masculina.

No campo da Geografia, essa exclusão é particularmente evidente. O estudo de Beserra e Medeiros (2023) aponta que, entre 1960 e 2010, a inserção de mulheres na docência da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) representou conquista, mas ainda cercada por barreiras institucionais. As autoras ressaltam que a luta das mulheres pelo reconhecimento como produtoras das Ciências Geográficas se desenvolveu historicamente junto à luta por sua representação como sujeito social (Beserra; Medeiros, 2023). Ainda assim, o recorte racial permanece frequentemente negligenciado nos estudos sobre gênero na Geografia.

Guimarães (2019), referência da Geografia Antirracista no Brasil, articula território, identidade e raça como categorias centrais para uma leitura crítica da espacialidade brasileira, rompendo com a tradição que separa o sujeito do espaço. Em diálogo direto com Souza (s.d.), que discute racismo institucional e práticas educativas no NEABI, e com a produção de Santos (2017), constitui-se uma malha teórica em que escrevivência, território e ancestralidade operam como categorias geográficas. Guimarães (2019) afirma que a escrita acadêmica é também racializada e que formas de expressão negras são frequentemente desqualificadas como não científicas — mecanismo que reforça a exclusão simbólica e material de intelectuais negras e negros.

Assim, a emergência de vozes como as de Geny Ferreira Guimarães, Patrícia Manuela de Souza, Lourdes Carril, e o trabalho de cartografia negra desenvolvido por Santos (2009, 2013) na orientação de pesquisas com povos de terreiro e movimentos negros (Rangel, 2013), não apenas tensiona os limites da disciplina geográfica, mas propõe um novo modo de fazer ciência: um modo que parte da escuta, da vivência e da pluralidade de existências. As insurgências dessas autoras e autores são instrumentos de reconfiguração epistêmica, que abrem caminho para currículos mais inclusivos, teorias mais situadas e práticas pedagógicas

comprometidas com a justiça racial e de gênero.

Geografia racializada como ruptura epistêmica

A proposta de uma geografia racializada emerge como resposta crítica à tradição eurocentrada que historicamente estruturou o campo. Essa abordagem busca romper com o paradigma hegemônico que naturaliza a neutralidade do conhecimento científico, desconsiderando as marcas raciais, culturais e históricas que constituem os sujeitos produtores de saber. Como argumenta Bento (2022), em sua análise sobre a branquitude como tecnologia de poder, os mecanismos institucionais operam para manter o privilégio branco e marginalizar saberes que não se enquadram no cânone eurocêntrico. A naturalização da ausência negra nos espaços de poder intelectual é sustentada por práticas históricas que legitimam apenas um tipo de saber: branco, ocidental e masculino.

Para além da inclusão formal de autoras e autores negros nos currículos, é necessário comprometimento ético e político com a reestruturação dos próprios fundamentos epistemológicos da ciência. A simples presença de nomes ou temáticas negras não basta para romper com a colonialidade do saber: é preciso transformar os modos de pensar e validar o conhecimento, reconhecendo a centralidade das epistemologias africanas e afrodiaspóricas como matrizes legítimas de produção científica (Walsh, 2018; Mbembe, 2018).

Como aponta Moura (2020), a sociedade brasileira construiu um aparato simbólico que historicamente relega a pessoa negra à condição de objeto, e não de sujeito da ciência. Esse processo de exclusão se reflete na universidade, que, embora se pretenda democrática, continua operando sob a hegemonia da branquitude, legitimando epistemes europeias como universais e relegando as produções negras à marginalidade acadêmica. A incorporação de perspectivas negras e africanas deve, portanto, vir acompanhada do reconhecimento de que essas epistemologias trazem outras formas de pensar, sentir e representar o mundo — formas que rompem com a lógica cartesiana, fragmentária e colonial do pensamento moderno. Segundo Walsh (2018), a decolonialidade implica deslocar o centro da razão moderna e abrir espaço para *saberes outros*, situados e relacionais, que afirmam a vida em sua complexidade e interdependência.

Nesse sentido, Carneiro (2005) reforça que não há democratização do conhecimento sem enfrentamento do epistemicídio — ou seja, da eliminação sistemática dos modos de conhecer produzidos por sujeitos negros, indígenas e periféricos. Para Gomes (2017), esse

enfrentamento exige que a universidade se torne espaço de *reparação cognitiva*, capaz de acolher e validar saberes historicamente negados. Por fim, como argumenta Noguera (2020), a filosofia africana e afro-brasileira propõe uma epistemologia da interconexão, que valoriza a ancestralidade e a sensibilidade como fundamentos cognitivos. Essa perspectiva exige que a ciência abandone o paradigma da neutralidade e reconheça que todo conhecimento é situado, encarnado e político. A universidade deve ser compreendida, assim, como território de disputa epistêmica e racial, onde as vozes negras não apenas buscam inclusão, mas reivindicam reestruturação — ontológica, metodológica e curricular — da própria ideia de ciência.

Beatriz Nascimento (1985), ao longo de sua trajetória intelectual, denunciou a persistência da negação histórica da contribuição negra na formação da sociedade e da cultura brasileira. Seus escritos revelam como os quilombos e outras formas de territorialidade negra representam não apenas espaços de resistência, mas também centros de elaboração epistemológica. Para Nascimento (1985), o resgate dessas experiências históricas é fundamental para desconstruir a narrativa colonial que posiciona os povos negros apenas como objetos de estudo, e não como sujeitos epistêmicos. A esse respeito, Oliveira (2021, p. 3) afirma que “a política de preservação do patrimônio cultural brasileiro foi construída tendo como importante característica a ausência de referências culturais dos povos e etnias africanas e indígenas [...] privilegiando bens relacionados às culturas do colonizador europeu”.

O autor prossegue ao identificar que “o racismo epistêmico é o modo pelo qual os povos colonizados foram invisibilizados, ocultados e silenciados em suas histórias e dinâmicas sociais pelo processo de colonização e dominação dos colonizadores europeus” (Oliveira, 2021, p. 5). Essa definição permite compreender como a ciência moderna, longe de ser neutra, está implicada em processos de exclusão e dominação que se atualizam continuamente por meio das estruturas institucionais da branquitude. No livro *O quilombismo*, Nascimento (2002) propõe uma leitura da história afro-brasileira que valoriza os modos de existência e resistência forjados pelas comunidades negras em resposta ao colonialismo e à escravidão, inscrevendo o quilombo não apenas como forma de organização social e política, mas como paradigma epistêmico que valoriza a coletividade, a ancestralidade e a autonomia cultural dos povos negros.

Moura (2020), em *Sociologia do negro brasileiro*, demonstra como a estrutura social brasileira foi construída a partir da marginalização sistemática da pessoa negra. O autor argumenta que o racismo institucional se manifesta não apenas nas políticas públicas e nas relações sociais, mas também na exclusão dos saberes negros da academia. Reconhecer essa

exclusão é o primeiro passo para criar uma ciência verdadeiramente democrática e plural, que incorpore os saberes historicamente silenciados. Autores africanos como Oyěwùmí (1997) e Mbembe (2018) também contribuem para essa crítica, ao questionarem as bases ontológicas e epistemológicas da ciência moderna: Oyěwùmí desconstrói a categoria ocidental de gênero a partir de uma perspectiva iorubá, enquanto Mbembe analisa a necropolítica como estratégia de gestão da vida e da morte dos corpos racializados.

Considerações sobre o referencial teórico

Encerrando esta seção teórica, é fundamental reafirmar que a luta por reconhecimento epistêmico dos saberes afro-brasileiros e das subjetividades negras não é apenas reivindicação por visibilidade, mas exigência ética e política de transformação da estrutura acadêmica. O epistemicídio descrito por Carneiro (2005), e aprofundado por autoras como Gonzalez (1988) e Nascimento (1985), revela-se como prática institucionalizada que compromete a integridade do conhecimento produzido no Brasil.

O silenciamento das produções intelectuais negras não se restringe à ausência de autoras e autores nos currículos, mas se manifesta em práticas cotidianas de desvalorização, exotização e invalidação dos modos de escrita, das temáticas abordadas e dos corpos que produzem esses saberes. A escrita preta, marcada por experiências vividas, oralidades e ancestralidades, é constantemente marginalizada por uma normatividade acadêmica branca, que rejeita estilos que não se enquadram em seus parâmetros formais e linguísticos (Carine, 2020; Kilomba, 2019).

Ao reunir vozes como as de Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Geny Guimarães, Renato Emerson dos Santos, Lourdes Carril, Aiala Couto, Muniz Sodré, Frantz Fanon, Sylvia Wynter, Édouard Glissant, Achille Mbembe, Katherine McKittrick, Adam Bledsoe, Willie Wright e Oyèrónké Oyěwùmí — entre tantas outras —, constrói-se uma malha teórica robusta, que denuncia os mecanismos de exclusão e propõe práticas de reexistência. Tais práticas, que envolvem a escrita preta, a oralidade ancestral, a valorização dos corpos e territórios negros, são fundamentais para um projeto de ciência mais comprometido com a vida, com a justiça e com a verdade histórica dos povos afrodescendentes. No próximo capítulo, será apresentada a metodologia que orientou a pesquisa empírica desenvolvida nesta investigação, em coerência com o referencial teórico aqui exposto.

METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa e decolonial, por compreender que os processos de invisibilização, silenciamento e apagamento da cultura afro-referenciada no campo acadêmico não podem ser apreendidos exclusivamente por procedimentos quantitativos ou positivistas. Como explica Walsh (2009, p. 25), uma ciência decolonial parte da necessidade de “desobedecer epistemologicamente” à matriz moderna e eurocêntrica do conhecimento, construindo modos outros de ver, ler e interpretar o mundo. A abordagem qualitativa, nesse sentido, não é apenas escolha técnica, mas decisão política e epistêmica, pois permite a compreensão das subjetividades, contradições e silenciamentos que atravessam o fazer científico. Minayo (2010) acrescenta que o método qualitativo privilegia o universo dos significados, motivos, aspirações e crenças, sendo especialmente adequado para investigar fenômenos que envolvem poder e representação. A Geografia Cultural, ao lidar com identidades, práticas e territórios simbólicos, requer postura metodológica sensível, comprometida com a escuta e a interpretação crítica dos discursos e dos não-ditos, das ausências e das presenças.

Trata-se de pesquisa de natureza documental e bibliográfica, orientada pela análise de artigos científicos como *documentos sociais* — ou seja, registros que expressam valores, visões de mundo e disputas epistêmicas. Como define Cellard (2008, p. 295), a análise documental é fundamental para compreender o contexto histórico e institucional em que um texto é produzido, permitindo “reconstituir a estrutura social e simbólica” que o informa. A escolha por esse tipo de pesquisa justifica-se pela centralidade que os periódicos acadêmicos assumem como instâncias de legitimação científica, definindo o que é reconhecido como saber autorizado. Assim, analisar o que é publicado — e, sobretudo, o que é sistematicamente excluído ou silenciado — permite evidenciar as formas pelas quais o campo geográfico mantém, negocia ou resiste à hegemonia eurocêntrica do conhecimento. Santos (2018) reforça que essa hegemonia se sustenta em uma *ecologia das ausências*, em que tudo o que não se enquadra no cânone da racionalidade moderna é convertido em invisibilidade.

O *corpus* empírico é composto pelos artigos publicados na revista *Espaço e Cultura*, periódico de grande relevância na Geografia Cultural brasileira. A escolha não foi aleatória, mas metodologicamente intencional: trata-se de espaço institucional que reflete o modo como a disciplina constrói, disputa e hierarquiza saberes. Segundo Bourdieu (2004), o campo científico é também campo de forças, estruturado por capitais simbólicos e mecanismos de

consagração. Assim, a revista é compreendida como território discursivo no qual se inscrevem os efeitos da colonialidade do saber — conceito que Quijano (2005) define como o controle epistêmico herdado da modernidade colonial europeia. Justamente por se apresentar como fórum de debate sobre espaço, cultura e identidade, *Espaço e Cultura* é terreno fértil para investigar a presença — ou ausência — de epistemologias afro-referenciadas e experiências afrodiaspóricas.

O recorte temporal adotado — de 1995 a 2025 — abrange três décadas de produção geográfica, permitindo observar continuidades, rupturas e reconfigurações discursivas. Esse intervalo foi definido por dois critérios: primeiro, marca a consolidação da Geografia Cultural brasileira como subcampo; segundo, abarca o período em que se intensificam as discussões sobre raça, identidade e cultura, sobretudo após a promulgação da Lei nº 10.639/2003. Ao investigar esse arco temporal, busca-se compreender como a colonialidade se perpetua, mas também como emergem fissuras e resistências. Gomes (2017) argumenta que a inserção das temáticas raciais na educação superior brasileira é recente e permeada por tensões, pois a universidade ainda não se reconheceu como espaço de produção de saber negro. O recorte funciona, assim, como lente crítica capaz de revelar os ritmos da exclusão e as estratégias de insurgência dos saberes afrodiaspóricos.

A primeira etapa metodológica consistiu no levantamento completo dos artigos da revista no período delimitado, mediante consulta ao repositório oficial e a bases digitais acadêmicas. Esse procedimento garantiu a exaustividade do *corpus*, princípio metodológico essencial para a validade da análise documental, conforme destacam Lüdke e André (1986). A etapa de levantamento não foi apenas técnica, mas também política, pois implicou o enfrentamento da invisibilidade digital que ainda marca a difusão de produções sobre cultura negra e afrodescendente. O trabalho de coleta foi acompanhado de análise exploratória inicial, buscando indícios de temáticas ligadas à herança africana, religiosidades, ritos e festividades negras. Essa leitura panorâmica permitiu identificar as ausências reiteradas — o *não-dito* da produção geográfica —, que se tornaram o eixo interpretativo da pesquisa.

Após o levantamento, realizou-se leitura exploratória e seletiva dos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos e, quando necessário, do texto integral. Esse processo de triagem foi guiado por critérios de pertinência temática e densidade analítica, de modo a incluir textos que dialogassem, ainda que indiretamente, com as epistemologias negras e afrodiaspóricas. A seleção final constituiu *corpus* representativo das presenças e lacunas da Geografia Cultural

brasileira. Segundo Bardin (2011), a análise qualitativa deve considerar tanto a frequência quanto o sentido dos enunciados, pois a ausência de um tema pode ser tão significativa quanto sua presença. Essa perspectiva foi decisiva para reconhecer que o silenciamento das culturas negras não se dá por mera omissão, mas por estratégias discursivas de neutralização e esvaziamento político.

Os artigos selecionados foram sistematizados em banco de dados com informações sobre ano, autoria, instituição, temática, conceitos e abordagem teórica. Essa organização permitiu observar a estrutura de poder da produção acadêmica, identificando a concentração de autoria em determinados centros e a rarefação de vozes negras. Como argumenta Guimarães (2019, p. 42), “a Geografia antirracista demanda reconhecer que a escrita e o espaço também são racializados”, o que significa compreender que o próprio ato de publicar é gesto político situado. Ao organizar e cruzar essas informações, a pesquisa não apenas mapeou o campo, mas revelou *quem fala, sobre quem fala e quem é silenciado*. Como reforça Freire (1996), ninguém fala de lugar nenhum: todo conhecimento é histórico e posicionado.

A partir da leitura aprofundada do *corpus*, foram elaboradas categorias analíticas emergentes, construídas em diálogo entre o material empírico e o referencial teórico afrocentrado e decolonial. As categorias — herança africana, cultura, ritos e festas, religiosidades de matriz africana — refletem as múltiplas dimensões da presença negra na Geografia Cultural. Inspirada em Bardin (2011) e Moraes (2003), a categorização não foi pré-determinada, mas resultou de processo dialógico, em que as temáticas se revelaram a partir do próprio texto. Seguiu-se, ainda, o princípio da coerência epistêmica, defendido por Guimarães (2019) e Noguera (2020), segundo o qual as categorias devem refletir o universo simbólico e ontológico do objeto pesquisado, e não impor-lhe moldura teórica exógena. Buscou-se, assim, compreender os significados e os modos de presença da ancestralidade africana, não apenas como tema, mas como matriz epistemológica.

A construção dos eixos analíticos possibilitou compreender como o discurso acadêmico constrói hierarquias de legitimidade. Determinadas temáticas — como religiosidades afro-brasileiras — aparecem esvaziadas de sua potência política, tratadas como folclore ou exotismo. Esse fenômeno, segundo Carneiro (2005), é expressão do epistemicídio: destruição sistemática dos modos de conhecimento negro pela hegemonia branca. A análise crítica dessas narrativas evidenciou que a Geografia Cultural, embora se apresente como campo plural, ainda reproduz o que Gomes (2017) chama de *silêncio institucional da branquitude*. A categorização

funcionou, portanto, não apenas como técnica, mas como ferramenta de denúncia e reexistência — exercício de leitura insurgente que reinscreve a pessoa negra como sujeito epistêmico no campo científico.

Como estratégia complementar à análise qualitativa, foram elaboradas representações gráficas e quadros sintéticos, destinados a ampliar a legibilidade dos resultados sem comprometer a natureza interpretativa da pesquisa. Os gráficos não cumprem função meramente ilustrativa, mas instrumental e analítica, permitindo visualizar continuidades e silenciamentos de forma acessível. Em sintonia com Guimarães (2019), entende-se que a materialização gráfica de dados sobre raça, cultura e território é também gesto político de visibilização dos saberes marginalizados. Segundo Walsh (2018), o trabalho decolonial é, antes de tudo, prática metodológica de escuta e tradução de mundos: a visualização de dados é incorporada, neste contexto, como linguagem de resistência, na tentativa de materializar as ausências — movimento metodológico de mostrar o invisível, próximo à *ecologia dos saberes* de Santos (2018).

Reconhece-se, contudo, que toda metodologia é situada e limitada. A análise de um único periódico impõe restrições de escopo, mas, como observam Guba e Lincoln (2005), a pesquisa qualitativa não busca generalização estatística, e sim transferibilidade e profundidade interpretativa. A revista *Espaço e Cultura* é entendida, neste sentido, como microcosmo representativo das dinâmicas de poder e exclusão que atravessam a Geografia Cultural. Guimarães (2019) e Walsh (2009) ressaltam que a parcialidade é inevitável — e até desejável — quando se reconhece que a neutralidade científica é ficção colonial. O reconhecimento dessas limitações reforça a coerência ética e epistêmica do trabalho, em diálogo com a noção de *conhecimento situado* de Haraway (1995).

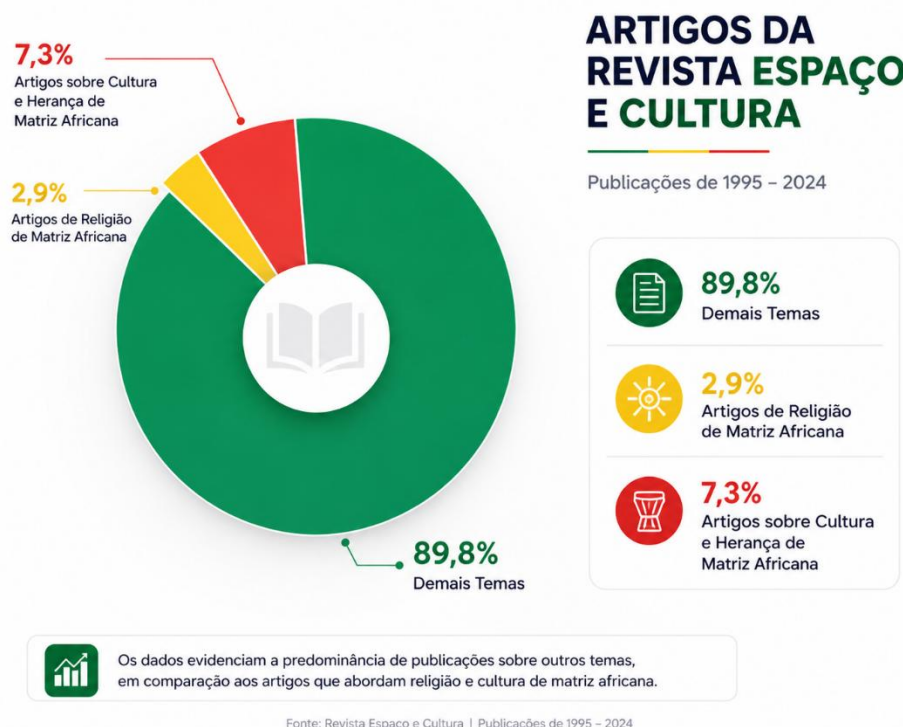
Por fim, a metodologia aqui adotada constitui ato político de reexistência. Ao articular levantamento documental, categorização temática, análise qualitativa e representação gráfica, constrói-se caminho coerente com a proposta teórica afrocentrada e decolonial. A Geografia Cultural, ao ser revisitada por lentes negras e decoloniais, revela-se não apenas campo de estudo, mas campo de luta — espaço de disputa simbólica em que o saber deixa de ser instrumento de dominação para tornar-se ferramenta de libertação.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Esta seção apresenta e discute, de forma crítica, os resultados obtidos a partir da análise da produção acadêmica da revista *Espaço e Cultura*, considerando o recorte temporal de 1995 a 2025. O objetivo central é compreender como a cultura e a religiosidade de matriz africana são representadas — ou silenciadas — no principal periódico da Geografia Cultural brasileira, articulando os dados empíricos às discussões teóricas sobre colonialidade, epistemicídio e branquitude. Trata-se, portanto, de uma leitura que recusa o gesto descritivo neutro: compreende a contagem como ato político, na esteira de Guimarães (2019), para quem a escrita acadêmica é também territorialidade racializada, e de McKittrick (2006), que ensina a ler as ausências cartográficas como produção ativa de espaço. Os dados aqui apresentados, por isso, não funcionam como mero retrato quantitativo do periódico, mas como ferramenta de denúncia das hierarquias epistêmicas que organizam o campo da Geografia Cultural brasileira ao longo das três últimas décadas.

Ao longo de três décadas de existência, a revista *Espaço e Cultura* publicou 374 artigos, consolidando-se como referência nacional no debate geográfico sobre cultura, território e identidade — papel que se sustenta, em larga medida, em sua vinculação ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC) da UERJ e em sua centralidade na institucionalização da Geografia Cultural brasileira como subcampo. Quando se observa, contudo, a presença de temáticas afro-referenciadas, percebe-se discrepância significativa entre a centralidade dessas culturas na formação social brasileira e sua expressão no campo acadêmico. Os dados revelam que apenas 10,2% das publicações — cerca de trinta e oito artigos no total — abordam, direta ou indiretamente, questões relacionadas à cultura e à religiosidade de matriz africana. A categoria "direta ou indiretamente" contempla tanto artigos que tomam temáticas afrodiaspóricas como objeto principal quanto aqueles em que tais temáticas aparecem como elemento secundário, ilustrativo ou exemplificativo — o que torna o índice ainda mais expressivo, pois nem mesmo o critério mais flexível possível alcança o limiar de uma presença consistente. Esse percentual, longe de ser apenas um número, expressa padrão estrutural de invisibilização, interpretável à luz do conceito de epistemicídio formulado por Carneiro (2005) e da noção de ecologia das ausências de Santos (2018), segundo a qual a modernidade ocidental opera produzindo, ativamente, o silêncio em torno daquilo que não cabe em seu cânone de cientificidade.

Figura 1 — Distribuição temática dos artigos publicados na revista Espaço e Cultura (1995–2025)



Fonte: Elaborada pela autora, a partir do levantamento realizado na pesquisa.

A Figura 1 apresenta a distribuição temática dos artigos publicados na revista, evidenciando a baixa incidência das temáticas afrodiaspóricas em comparação com outros enfoques da Geografia Cultural. Esse dado visual reforça a leitura crítica de que a ausência não é ocasional, mas resultado de escolhas editoriais e epistemológicas historicamente situadas. Mesmo após a promulgação da Lei nº 10.639/2003 e a criação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, não se observa crescimento proporcional da produção acadêmica voltada às culturas de matriz africana. Tal descompasso revela o que Bento (2022) denomina pacto narcísico da branquitude, no qual estruturas institucionais preservam seus privilégios simbólicos.

A análise histórica por décadas permite observar que, durante os anos 1990, apesar do processo de redemocratização, as culturas afro-brasileiras permaneceram marginalizadas no debate geográfico. Esse cenário dialoga com as análises de Moura (2020), para quem a

academia brasileira sempre resistiu a reconhecer a pessoa negra como sujeito intelectual.

Figura 2 — Linha do tempo com marcos históricos e teóricos relacionados às questões raciais no Brasil (1995–2025)

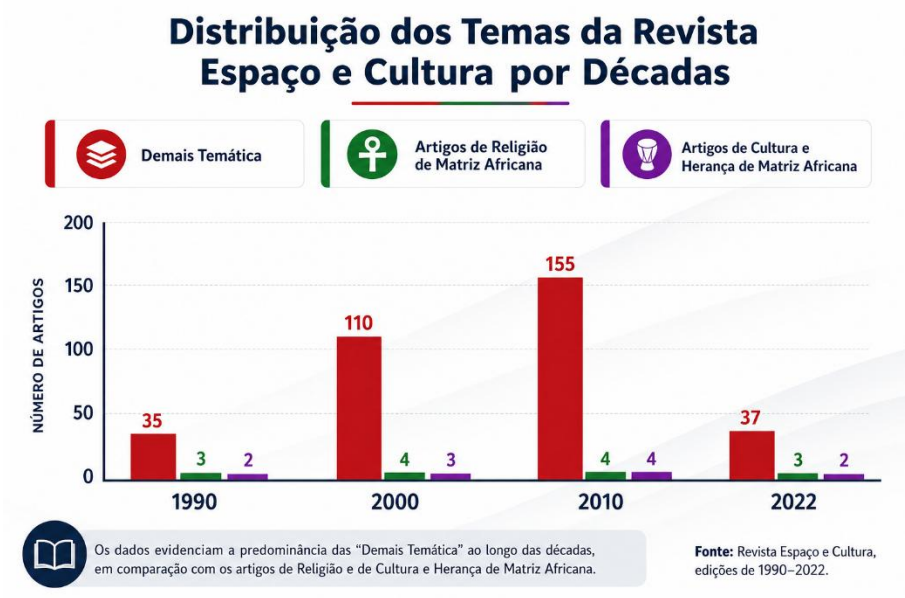


Fonte: Elaborada pela autora.

A Figura 2, que apresenta a linha do tempo dos principais marcos das teorias raciais, permite correlacionar eventos históricos — como a Marcha Zumbi dos Palmares (1995) e a Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001) — com a produção acadêmica, evidenciando que avanços sociais nem sempre se traduzem em transformações epistemológicas.

O histograma apresentado na Figura 3 demonstra a periodicidade das publicações ao longo das décadas, revelando constância no padrão de silenciamento das temáticas afro-referenciadas. Essa estabilidade reforça a hipótese de que a exclusão não é conjuntural, mas estrutural.

Figura 3 — Periodicidade da publicação de artigos com temáticas afro-referenciadas na revista Espaço e Cultura



Fonte: Elaborada pela autora.

O Quadro 1 sistematiza o número total de publicações por década, permitindo visualizar que, mesmo em períodos de maior efervescência do debate racial no país, a revista não incorporou de forma significativa essas discussões em seu escopo editorial. Essa realidade pode ser compreendida a partir da colonialidade do saber (Quijano, 2005), que define quais conhecimentos são considerados legítimos. No campo da Geografia, essa colonialidade se expressa na centralidade de referenciais eurocêntricos e na marginalização de epistemologias negras (Bledsoe; Wright, 2019; Santos, 2017).

As consequências desse processo recaem diretamente sobre estudantes e pesquisadoras e pesquisadores negros, que, como analisa Carine (2020), enfrentam adoecimento psíquico e deslegitimação intelectual no espaço universitário. A ausência de referências afrocentradas contribui para a sensação de não pertencimento. Guimarães (2019) destaca que a escrita

acadêmica é também racializada, e que formas de expressão negras são frequentemente desqualificadas como não científicas. Esse mecanismo reforça a exclusão simbólica e material de intelectuais negras e negros. Os resultados aqui discutidos evidenciam, portanto, que a Geografia Cultural brasileira ainda opera sob fortes marcas da branquitude epistêmica — constatação que articula esta pesquisa ao debate mais amplo proposto pela Geografia Negra brasileira (Anjos, 2010; Carril, 2006; Santos, 2017; Couto, 2020) e pelas Black Geographies anglófonas (McKittrick, 2006; Bledsoe; Wright, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu do reconhecimento de que a produção do conhecimento geográfico no Brasil, particularmente no campo da Geografia Cultural, ainda se estrutura a partir de paradigma eurocêntrico que hierarquiza saberes, silencia epistemologias afrodiaspóricas e indígenas e naturaliza a branquitude como norma científica. Ao analisar a representatividade das culturas de matriz africana na revista *Espaço e Cultura*, evidenciou-se que a marginalização dessas temáticas não é episódica, mas expressão de uma geopolítica do conhecimento que opera seletivamente sobre o que pode ou não ser legitimado como ciência. Tal constatação reafirma que o epistemicídio não se manifesta apenas pela negação explícita, mas também pela omissão sistemática e pela rarefação discursiva, conforme já alertavam Carneiro (2005) e Santos (2018).

Ao longo do trabalho, optou-se intencionalmente por dialogar com intelectuais negras, negros, indígenas e caribenhos, não como gesto simbólico, mas como posicionamento epistemológico e político. Essa escolha tensiona a tradição acadêmica que toma a Europa como matriz originária e universal do pensamento científico, relegando a África e suas diásporas a um lugar periférico, exótico ou alegórico. Como argumenta Noguera (2020), tal hierarquização produz uma filosofia e uma ciência *monocromáticas*, incapazes de compreender a complexidade das experiências históricas e territoriais do Sul Global. Na Geografia Cultural, essa lógica se expressa na valorização de referenciais europeus como cânone incontornável, enquanto cosmovisões africanas seguem tratadas como objeto, e não como fonte de conhecimento.

A crítica à branquitude — entendida aqui não como identidade individual, mas como estrutura histórica de poder — mostrou-se central para compreender a persistência dessas exclusões. Conforme analisa Bento (2022), a branquitude opera como regime de invisibilidade

de si mesma, naturalizando seus valores, métodos e critérios de validação científica. No âmbito universitário, essa estrutura se manifesta na seleção de autoras e autores, nos currículos, nas práticas editoriais, nos corpos docentes e nas formas de avaliação da produção acadêmica. Assim, ainda que as universidades ampliem o acesso por meio de políticas afirmativas, a permanência simbólica e epistêmica de estudantes negros e indígenas segue comprometida quando seus modos de existir, pesquisar e produzir conhecimento são deslegitimados.

A análise empírica reforça essa crítica ao demonstrar que, mesmo após marcos legais fundamentais — como a Constituição de 1988, a Lei nº 10.639/2003, a Lei nº 12.711/2012 e o Estatuto da Igualdade Racial —, a produção acadêmica geográfica permanece pouco responsiva às demandas históricas do movimento negro. A baixa incidência de artigos sobre religiosidade e cultura de matriz africana na *Espaço e Cultura* indica que a institucionalização de direitos não garante, por si só, transformações epistemológicas profundas. Como adverte Walsh (2018), a descolonização do conhecimento não se efetiva pela inclusão superficial de temas, mas pela reconfiguração das bases que sustentam o próprio ato de conhecer.

A Geografia Cultural brasileira enfrenta, portanto, o desafio de reconhecer que sua filiação quase exclusiva à tradição europeia compromete sua capacidade crítica diante da realidade nacional. Ao operar a partir de matriz epistemológica que hierarquiza culturas, a disciplina acaba por reproduzir o mito da democracia racial em sua versão acadêmica: reconhece simbolicamente a diversidade, mas mantém um núcleo duro de validação eurocentrado. Essa contradição revela que o discurso da pluralidade, quando não acompanhado de mudanças estruturais, funciona como mecanismo de legitimação da exclusão.

A valorização das cosmovisões afro-referenciadas não pode se restringir, portanto, ao campo da representação cultural. Trata-se de reconhecê-las como epistemologias completas, dotadas de ontologias próprias, racionalidades específicas e formas singulares de relação com o território, o tempo e a natureza. Sodré (2017) e Nascimento (1985) demonstraram que os territórios negros — quilombos, terreiros, comunidades tradicionais — constituem espaços de produção de conhecimento, memória e política. Ignorá-los é empobrecer a própria compreensão geográfica do espaço brasileiro, uma vez que esses lugares expressam outras formas de espacialidade, nas quais o saber é vivido como ancestralidade, reciprocidade e presença. Oliveira (2021) reforça que a cultura afro-brasileira deve ser compreendida como fundamento ético e civilizatório da sociedade brasileira, e não como adereço folclórico ou expressão marginal.

Ao retomar o papel da universidade pública, esta pesquisa sustenta que não basta abrir suas portas para corpos negros e indígenas se suas estruturas internas permanecem ancoradas em lógica excludente. Como alerta Gomes (2017), a inclusão sem transformação gera frustração, adoecimento e evasão. Estudantes que atravessam a universidade sem se reconhecerem nos conteúdos, nos referenciais e nas práticas científicas não experimentam pertencimento, mas apenas circulação. A universidade, nesse cenário, reafirma sua condição de espaço racializado, ainda que discursivamente comprometido com a diversidade.

A crítica à Europa como *locus* exclusivo de conhecimento também exige reconhecer que as ciências brasileiras são historicamente derivadas desse projeto colonial. Tal filiação não é neutra: ela define métodos, objetos legítimos e formas aceitáveis de escrita e argumentação. Como observa Fanon (2008), a colonização não se encerra com a independência política — ela persiste na mente, no imaginário e nas instituições. A Geografia Cultural, ao não enfrentar esse legado, acaba por reproduzir a colonialidade do saber, mesmo quando se propõe crítica.

Diante desse quadro, a construção de uma universidade pluriepistêmica passa pela incorporação efetiva de intelectuais negros, negras e indígenas nos currículos, nas bibliografias, nos conselhos editoriais e nos espaços decisórios. Não se trata de substituir um cânone por outro, mas de romper com a lógica hierárquica que define o que é central e o que é marginal. Como defende Santos (2018), a justiça cognitiva é condição para qualquer projeto democrático radical.

Ao assumir uma escrita atravessada pela vivência, pelo território e pela experiência racializada, esta pesquisa buscou também tensionar os modos tradicionais de produção acadêmica. Olhar *do quintal*, da janela da Geografia Cultural, não significa renunciar à crítica estrutural, mas situá-la. Trata-se de reconhecer que o conhecimento não é produzido em abstração, mas a partir de corpos, histórias e posições no mundo. Essa escolha metodológica e ética dialoga com Freire (1996), para quem não há neutralidade possível em contextos de opressão, e com Haraway (1995), para quem todo saber é situado.

Reafirma-se, assim, a necessidade de uma Geografia afrocentrada, decolonial e antirracista, comprometida com a denúncia das estruturas de exclusão e com a construção de alternativas epistemológicas. Essa Geografia não se limita a estudar a cultura negra: deixa-se atravessar por ela, reconhecendo sua centralidade na formação do espaço brasileiro. Trata-se de postura de reexistência, como propõe Walsh (2018), que articula teoria e prática, ciência e política, memória e futuro. Ao retornar ao percurso deste trabalho, afirma-se que a universidade

possui um dever ético de incorporar os saberes, as e os intelectuais e as ancestralidades que historicamente sustentaram a sociedade brasileira, mas foram sistematicamente silenciados. Reconhecer Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Sueli Carneiro, Geny Guimarães, Renato Emerson dos Santos, Lourdes Carril, Muniz Sodré, entre tantas outras e tantos outros, não é gesto de reparação simbólica, mas condição para a construção de uma ciência viva, plural e socialmente comprometida. Somente assim será possível romper com o epistemicídio, enfrentar a branquitude como estrutura e projetar um futuro em que a produção do conhecimento seja, de fato, instrumento de emancipação coletiva.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2019.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos**: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2010.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93–110.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25–58.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BESERRA, Milka Lopes; MEDEIROS, Marina Loureiro. Uma análise histórica quantitativa: a representatividade das geógrafas na UFPE como resistência de gênero (1960–2010). In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE**, 2023, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize, 2023.
- BLED SOE, Adam; WRIGHT, Willie Jamaal. The anti-blackness of global capital. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 37, n. 1, p. 8–26, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

CARINE, Bárbara. **Querido estudante negro: cartas para atravessar a universidade.** Salvador: Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** New York: Routledge, 2016.

CORDEIRO, Paula Regina de Oliveira. Natureza no cosmo sentir Bantu e a questão ambiental. Kwanissa: **Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, São Luís, v. 4, n. 10, p. 63–75, 2021.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **Geografia, raça e Amazônia: territorialidades negras na metrópole de Belém.** Belém: NAEA/UFPA, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces.** Belo Horizonte: Mazza, 2007. p. 16–21.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69–82, 1988.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **The Sage handbook of qualitative research.** 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 191–215.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geografia antirracista: métodos, metodologias e epistemologias. In: **CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA**, 32., 2019, Lima. Anais [...]. Lima: ALAS, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7–41, 1995.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Censo Demográfico 2022**: identificação étnico-racial da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

McKITTRICK, Katherine. **Demonic grounds**: Black women and the cartographies of struggle. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7–32, 2003.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**, Rio de Janeiro, n. 6/7, p. 41–49, 1985.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Brasília: Fundação Cultural Palmares; São Paulo: Perspectiva, 2002.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a Lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. Política de patrimonialização da cultura afro-brasileira: entre silêncios e resistências. **Revista do Centro de Estudos Portugueses**, Belo Horizonte, v. 41, n. 64, p. 53–67, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **The invention of women: making an African sense of Western gender discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

RANGEL, Aline Soares. **Cartografia negra**: a utilização da cartografia participativa pelos povos de terreiro e o Movimento Negro Contemporâneo. 2013. Trabalho de Conclusão de

Curso (Graduação em Geografia) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: ABPN, 2013.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 240, p. 110–134, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Patrícia Manuela de. Racismo institucional e práticas educativas no NEABI. **Cadernos do NEABI/IFRJ**, Rio de Janeiro, [s.d.].

WALSH, Catherine. Interculturalidad, **Estado, sociedad**: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2009.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya-Yala, 2018.

WYNTER, Sylvia. **Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom**: towards the human, after Man, its overrepresentation — an argument. *CR: The New Centennial Review*, v. 3, n. 3, p. 257–337, 2003.